

Estudo defende a necessidade urgente de uma gestão eficaz dos resíduos na Área Metropolitana do Porto

20 de Junho, 2018

A EY acaba de lançar, em parceria com a LIPOR (Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto), um estudo que concluiu que cerca de 43% dos recursos materiais consumidos anualmente na Área Metropolitana do Porto (AMP) são absorvidos pelas empresas como consumo não produtivo, nomeadamente areias, cimentos, madeira e combustíveis, contribuindo para a acumulação de cerca de 12 milhões de toneladas de materiais por ano.

O estudo apresentado reforça a necessidade urgente de uma gestão eficaz dos resíduos na AMP que passe por um maior reaproveitamento dos materiais e que promova a transição para um economia circular na qual os produtos passem a ser reutilizados ou reciclados.

O estudo mostra ainda que as indústrias com grau de consumo não produtivo mais elevado localizam-se maioritariamente em Matosinhos, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Maia, concelhos prioritários na introdução de práticas de circularidade e aumento da produtividade dos materiais, salientando que existe uma grande diversidade de contextos e padrões produtivos na AMP, situação que complexifica a organização e gestão de resíduos.

As transações inter-regionais de materiais totalizam cerca de 1,1 milhões de toneladas de materiais, suportadas essencialmente em produtos de madeira e cortiça e produtos das indústrias metalúrgicas. A procura final na região foi responsável por cerca de 4,7 milhões de toneladas de recursos materiais (cerca de 2,700 kg por habitante). As importações são a principal origem dos recursos consumidos (1,1 milhões de toneladas), enquanto as indústrias alimentares e das bebidas, os materiais provenientes da agricultura e pescas, e os produtos petrolíferos constituem as origens setoriais mais relevantes.

Apesar da complexidade registada na AMP, o mesmo relatório realça a existência de clusters industriais bastante concentrados no território, que permitem o desenvolvimento de soluções logísticas eficientes na gestão dos resíduos, bem como a exploração de oportunidades que tornam possível a substituição da entrada e extração de materiais na AMP, e a consequente transição para a economia circular e para uma eficiente gestão de recursos.

Hermano Rodrigues, Strategic Consultant da EY Portugal, salientou que a “disponibilidade limitada de recursos obriga a uma reformulação do modelo de produção de bens e a uma mudança do paradigma que promova a transição para a economia circular, especialmente em materiais com potencial de valorização técnica (nomeadamente reciclagem) e financeira (valor económico dos resíduos) no fim de vida dos produtos”. Referiu também que o estudo desenvolvido “tem como objetivo conhecer a realidade económica da AMP, assim como o padrão de

consumo de materiais e gestão de resíduos nos 17 concelhos”, pretendendo-se que o mesmo “contribua para um aprofundamento do conhecimento sobre o consumo de recursos da economia local e regional e para uma efetiva definição de políticas públicas na área do ambiente e da gestão de resíduos baseada nos princípios da economia verde”.

Na sua perspetiva, o “elevado número de recursos não produtivos identificados revela que ainda há um longo caminho a percorrer em termos de eficiência no uso dos recursos e de potencial para a economia circular nesta região e que há necessidade de aprofundamento da gestão dos resíduos setoriais, cujo controlo efetivo deve ser uma prioridade para a região”, reforça o responsável.

No que diz respeito às exportações, o consumo de materiais totalizou, de acordo com a análise, cerca de 6 milhões de toneladas de produtos, motivados especialmente pelas indústrias da madeira e da cortiça, dos produtos petrolíferos, da metalúrgia e dos produtos minerais não metálicos.

Relativamente ao consumo final, este absorveu 17% dos materiais consumidos, sobretudo biomassa agrícola e combustíveis fósseis, enquanto o investimento compreendeu 13% do total de materiais consumidos na região. O significativo consumo de materiais exige, segundo o estudo, a priorização da sensibilização do consumidor final, sobretudo no sentido do aumento da seletividade na geração e recolha de resíduos.

Ainda sobre a produtividade dos recursos nos diferentes municípios, o estudo mostrou que é variável e que o elevado consumo de materiais por habitante ou por trabalhador associado às indústrias transformadoras nem sempre resulta num elevado peso no volume de negócios, dependendo em grande medida do valor acrescentado dos produtos manufaturados. Nesse sentido, subir na cadeia de valor pode, em determinadas circunstâncias, gera valias ambientais.

O estudo aponta ainda que três dos municípios da AMP têm um consumo interno, em média e por habitante, superior ao da média nacional. A relevância do setor da construção em Arouca, da indústria em Oliveira de Azeméis e das indústrias da madeira e cortiça em Santa Maria da Feira conjugado com a baixa concentração populacional explicam estes resultados.

Ainda no que respeita às saídas de materiais, o estudo concluiu que foram responsáveis por 26% do consumo de materiais na AMP e no leque de materiais exportados, o estudo destaca a madeira, os combustíveis e os produtos relacionados com a construção metálica como as ligas metálicas e os metais ferrosos.

Para a realização deste estudo foram analisados os dois principais indicadores de contabilização dos fluxos de materiais, a EDM (entrada direta de material) que designa a entrada de materiais destinados a responder às necessidades de produção e consumo e a CIM (Consumo Interno de Materiais) que reflete as quantidades de materiais efetivamente consumidas no território em análise.

A EDM por habitante na Área Metropolitana do Porto é 11% menor do que a média

do país, um valor que é explicado pelo peso da agricultura e das indústrias extrativas no consumo de materiais do país. No entanto, o estudo identificou cinco municípios que, em virtude da sua dinâmica exportadora, apresentam uma EDM superior à média nacional.